

A docência e suas peculiaridades: Perfil dos profissionais de física da cidade de Ji-Paraná (RO)

Davi Diego de Almeida^a, Patrícia M. V. de Almeida^b, João B. Diniz, Queila S. Ferreira^b

^aMestrado Profissional em Ensino de Física – MNPEF-POLO 05, Ji-Paraná

^bUniversidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, Departamento de Física
davi.diego@hotmail.com; patricia.almeida@unir.br; queila.ferreira@unir.br

Resumo - Nesta pesquisa foi analisado o perfil dos professores que ministravam aulas de física na cidade de Ji-Paraná no ano de 2017. Seguidamente levantou-se as hipóteses de quais fatores levariam os docentes da área de física a lecionar outras disciplinas e por que os profissionais de outros ramos estão ministrando aulas de física. Para compreender essas questões, aplicou-se um questionário aos professores que lecionavam a disciplina de física nas escolas públicas desta cidade. Esse questionário abordava as diversas atividades e condições físicas que permeiam as atividades profissionais desses educadores tais como, formação, titulação, incentivos físicos, dentre outros. Após a coleta de dados, organizou-se as informações em fichas, catalogou e analisou os resultados. Conclui-se que esta pesquisa forneceu dados significativamente relevantes a respeito do perfil dos professores de Física da educação básica da cidade de Ji-Paraná (RO), pois estes mostraram alinhamento com os Censos escolares nacionais de 2013 e 2017 em todos os fatores que são fundamentais ao bom desenvolvimento profissional do docente de física.

Palavras chave: Docentes, Física, Perfil, Diretrizes, Ji-Paraná.

1. INTRODUÇÃO

A profissão educador apesar de ser uma das atividades mais antigas da humanidade, foi somente no século XVIII que os docentes conquistaram reconhecimento como profissionais do ensino no Brasil. Esse processo iniciou com as chegadas dos jesuítas que estiveram em missão no país (século XVI), juntamente com Tomé de Sousa, que com duas semanas de ancoragem no litoral brasileiro já instalaram a primeira escola e se consolidou em 1808, com a chegada da Família Real e a criação dos Institutos de educação superior [1].

Desde então, a educação brasileira passou por grandes transformações em sua estrutura, iniciando na década de 1920 com um dos movimentos mais importantes da época, que ficou conhecido com o nome de Escola Nova [2]. Em seguida, o direito à educação para todos ficou garantido com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) [3] e a Constituição Federal de 1988 [4]. Em 1996 foi instaurada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB LEI N.º 9394/1996) [5] que tratava dos diversos tópicos relacionados a educação e seus processos formativos como fala o Art. 1.º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [5].

Outro ponto importante da LDB trata da capacitação profissional, o artigo 67, fala dos direitos e deveres do professor de magistério, garantindo aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. É necessário que o professor busque aperfeiçoamento, no artigo 62, diz que

A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas (Incluído pela Lei no 12.796, de 2013) [5].

E prossegue em seu parágrafo único:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei no 12.796, de 2013, Art. 62-A) [5].

Segundo o Censo Escolar (CENSO 2017, p.19) [7] há uma carência de profissionais com formação específica na área de exatas, como por exemplo, licenciados em física. Apesar da procura pelos cursos de exata, eles ainda continuam pouco atrativo, por questão econômica, falta de afinidade, e dentre outras razões que levam os alunos a optarem por outras profissões.

Buscando compreender as dificuldades e anseios dos docentes que ministravam a disciplina de Física no ano de 2017, esta pesquisa fará uma exposição do perfil do profissional docente da rede estadual de ensino na região urbana da cidade de Ji-Paraná - Rondônia (RO). Analisando de maneira minuciosa, de forma a elencar possíveis causas e consequências da condição atual desses docentes na cidade em questão.

2. O CENSO ESCOLAR BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as

Secretarias Estaduais de educação das 27 unidades da federação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4o do Decreto no 6.425/2008. As notas estatísticas têm por objetivo ser um instrumento inicial de divulgação com destaques relativos às informações de alunos (matrículas), docentes e escolas coletadas no Censo Escolar da Educação Básica 2018 (p. 2) [7].

O Censo utiliza em suas estatísticas o Indicador de Adequação da Formação Docente, classificação dos professores em grupos de formação específica e não específica, os grupos são assim classificados: Grupo 1 - professores com formação superior (licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica) na área que atua; Grupo 2 - professores com formação superior (bacharelado, sem complementação pedagógica) na área que atua; Grupo 3 - professores com formação superior (licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente da que atua; Grupo 4 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; Grupo 5 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior.

Estes indicadores sintetizam a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles ministram, considerando o ordenamento legal vigente. Criados no Plano Nacional de Educação (PNE) [8,9], esses indicadores têm como base uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal. A meta 15 do PNE, por exemplo, tem como objeto de interesse garantir que todo os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de maneira geral, as metas visam garantir acesso à educação, e ampliar o atendimento escolar, fazendo com que se garanta a qualidade da educação.

3. METODOLOGIAS UTILIZADAS

Buscando compreender melhor a situação dos educadores de física da área urbana da cidade de Ji-Paraná - RO, foi aplicado um questionário a todos os professores que ministravam tal disciplina no ano de 2017. Esse modelo de coleta de dados, de acordo com Gil (p.171) [10] é relevante devido se caracterizar pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Ao aplicar o questionário, temos um caminho de investigação o qual vai indicar a regularidade com que algum fenômeno acontece, porque ele está baseado na frequência em que determinada situação ocorre e por essa razão, o método quantitativo é adequado para a regularidade de um fenômeno. Sendo assim, a

aplicação do questionário foi uma maneira adequada como instrumento de coleta de dados.

Esta pesquisa baseou-se apenas nas atividades de ensino do nível médio, que corresponde à grade curricular corrente da disciplina de Física. As instituições de ensino visitadas estão em sua totalidade, localizadas na região urbana de Ji-Paraná, as quais foram classificadas em Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM), Instituto Estadual de Educação (IEE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). No total foram visitadas 12 Instituições de Ensino, sendo 10 (dez) Escolas Públicas Estaduais com Ensino Médio, 1 (um) Instituto Estadual e 1 (um) Instituto Federal de Educação.

Do total das escolas citadas (12), quatro não foi possível aplicar o questionário. Em algumas das instituições a direção não permitiu a pesquisa e em outras não havia turmas de ensino médio, apenas ensino fundamental. Das instituições estaduais possíveis, realizou-se pesquisa em 11 (onze) delas e no IFRO Campus de Ji-Paraná. A totalidade de professores que responderam ao questionário foram 17 (dezesete), os quais ministram física.

A amostra dos professores de Física corresponde aos profissionais que trabalham a referida disciplina, independentemente de ser ou não graduado em Física. É fato, que nessa amostra, tem-se também, professores que, além da Física lecionam outras disciplinas. Na Tabela 1 é apresentada a quantidade de professores entrevistados nas escolas públicas de Ji-Paraná, objeto dessa pesquisa.

Tabela 1: Quantidade de professores entrevistados nas escolas públicas de Ji-Paraná.

Instituições de Ensino	Profissionais
EEEFM 31 de Março	01
EEEFM Aluizio Ferreira	03
EEEFM Goncalves Dias	01
EEEFM Janete Clair	01
EEEFM Julio Guerra	01
EEEFM Juscelino Kubitschek de Oliveira	01
EEEFM Lauro Benno Prediger	02
EEEFM Prof José Francisco dos Santos	01
EEEFM Rio Urupá	01
EEEM Alejandro Yagüe Mayor	01
IEE Marechal Rondon - Escola Pública Estadual	01
IEE Federal de Rondônia Campus Ji-Paraná	04

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do corrente estudo foi obtido que na cidade de Ji-Paraná - RO em 2017 as idades dos profissionais

de Física (17 professores no total) compreendiam, em sua maioria, a faixa acima de 35 anos (Figura 1). Esse dado pode estar relacionado ao aluno terminar o ensino médio com uma imagem que o curso de física é muito difícil e por falta de opções de curso de graduação em nossa região ele demora a tomar decisão. Também pode estar conexo ao fato da maioria deles trabalharem, e a maior dedicação e empenho em estudo e resolução de exercícios que o curso exige, além de ser pouco atrativo monetariamente, falta ao aluno incentivo mais plausível para acelerarem sua formação e com isso, termina a graduação com um tempo de integralização máximo.

Esta pesquisa ainda verificou que em 2017 a maioria dos docentes pesquisados estava atuando na educação básica entre 5 a 8 anos e 15 a 20 anos (Figura 2). Esses valores corroboram com as justificativas sugeridas para a explicação da faixa de idade dos docentes. Os professores que estavam lecionando por volta de 5 a 8 anos possivelmente são os que possuem idades entre 30 a 35 anos. Já os que estão com mais de 15 anos de trabalho são professores com idades acima de 35 anos.

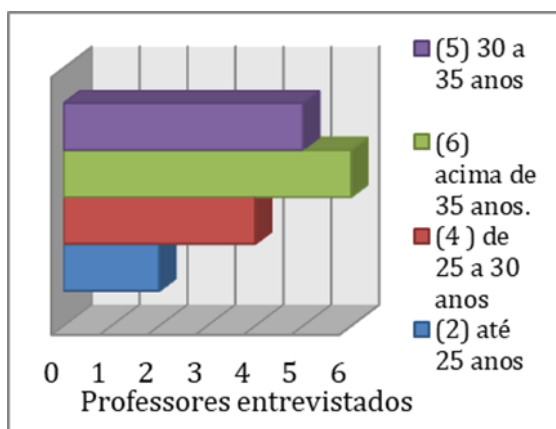


Figura1: Idade dos docentes.

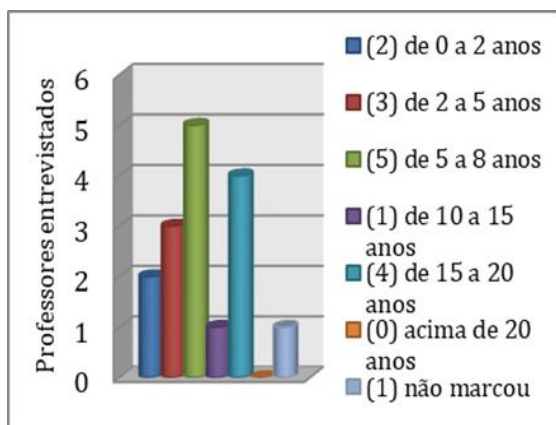


Figura 2: Tempo de atuação na educação

Outro dado analisado foi se os entrevistados possuíam Licenciatura em Física e esta pesquisa constatou que 76,47% dos professores pesquisados possuíam formação superior em licenciatura em

Física, 11,76% eram licenciados em Matemática e 5,88% apresenta formação em licenciatura e bacharelado em Física (Figura 3). A maioria dos professores de Física, 82,35%, possuía formação continuada nos cursos de pós-graduação, sendo o nível mais alto o de mestrado, 29,41% (Figura 4). O Censo 2017 (p. 20) [7] apresentou que um percentual de 30 a 50% dos professores da educação básica do município de Ji-Paraná possuíam formação continuada naquela data o que mostra o alinhamento com os dados pesquisados.

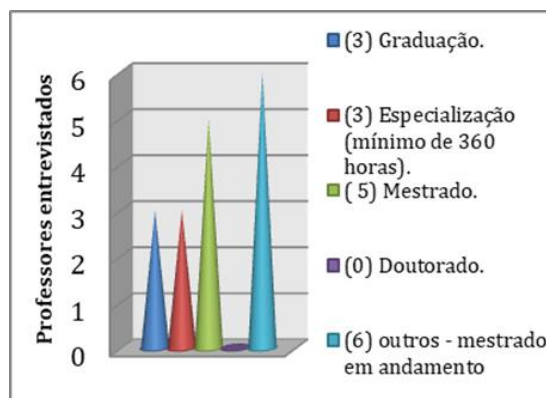


Figura 3: Adequação da formação docente.

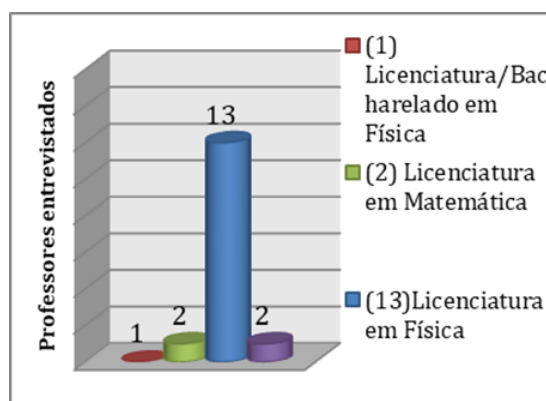


Figura 4: Formação continuada dos docentes.

De acordo com o Censo escolar 2017 do total de docentes que atuam no ensino médio, 93,5% têm nível superior completo (86,8% têm nível superior completo com licenciatura). Foi identificado ainda que 3,9% estão cursando nível superior. Ainda, de acordo com o Indicador de Adequação da Formação Docente (PNE) [8] para a etapa de ensino em questão do Censo, a maioria dos professores possui formação de nível superior na área que atua. Sendo que, 42,6% dos docentes que lecionam a disciplina de física são do Grupo 1; 2,2 % do Grupo 2; 38,6 % do Grupo 3; 8,1% Grupo 4 e 8,5% do Grupo 5. Podemos observar que não chega a 50% o percentual de professores com formação superior específica em física (licenciatura ou bacharelado) com complementação pedagógica atuando no ensino médio em nível nacional, 55,2% atuam em sala de aula lecionando física, mas não

possuem essa formação específica (CENSO, 2017, p. 19) [7]. Os dados expostos anteriormente demonstram que a região de Ji-Paraná/RO está bem colocada já que possui 100% de seus professores que ensina física com nível superior dos quais 76,47% possuem formação específica em Física.

Além disso, dos 509,8 mil professores atuantes em âmbito nacional no ensino médio no ano de 2017, 77,7% trabalhavam na rede estadual (CENSO, 2017, p. 19) [7]. Na cidade a qual esta pesquisa foi aplicada os resultados estão de acordo com estes últimos dados, pois, 100% do ensino médio é ofertado na rede estadual de ensino. O mesmo Censo escolar mostra que 2,2 milhões de docentes atuam na educação básica brasileira. De 2013 a 2017, o número de docentes que atuavam na educação infantil cresceu 16,4%. Por outro lado, o número de docentes que atuavam no ensino médio caiu 2,5% desde 2015.

De acordo com a figura 5, as aulas ministradas pelos docentes de física descritos nesta pesquisa, eram em apenas em uma escola, 58,82%. Esse fator pode ser comprovado devido às escolas provêm de um grande número de alunos e, consequentemente, turmas, que necessitam do professor de física. A comodidade também é um fator relevante, já que os planos de aula, conteúdos e avaliações podem ser realizados no mesmo ambiente de trabalho.

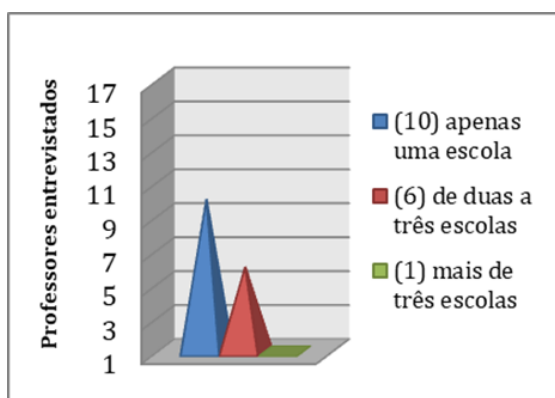


Figura 5: Quantitativo de escolas em que os docentes entrevistados lecionam.

Outro aspecto analisado foi a jornada de trabalho dos professores, que em sua maior parte era de 25 a 40 horas semanais, o que caracteriza em mais de um turno (Figura 6). Dos profissionais abordados, 5,88% apresentavam carga horária de trabalho de 20 horas semanais; 82,35 % entre 25 e 40 horas e 11,76% com carga horária superior a 40 horas. A complementação de carga horária é um dos fatores que infere no emprego de mais de um turno, visto que nem sempre os horários das aulas correspondem a apenas um período.

Em comparativo com o Censo Escolar 2013 [7], prevalece o maior quantitativo de docentes atuando em mais de um turno (cada turno 20 horas). Vale

ressaltar que essas horas se referem não apenas ao tempo em sala de aula, mas com planejamento, correção de avaliações, acesso ao diário eletrônico, dentre outros. O uso das informações do Censo 2013 é devido aos Censos dos anos seguintes não realizarem essa coleta de dados específicos.

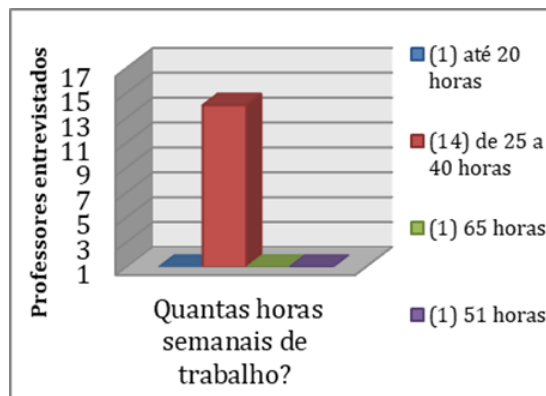


Figura 6: Jornada de trabalho, em horas semanais, dos docentes entrevistados.

Dos professores que ensinam física, segundo esta pesquisa, 23,53% lecionam apenas física e 76,47%, física e outras disciplinas, sendo estas matemática, ciência, química e biologia. Estes valores se assemelham ao Censo Escolar Nacional 2017 onde mostra que 72,9% dos docentes não trabalham apenas a disciplina de sua formação específica. Os fatores que implicam na prática da dualidade (ou mais) de aulas dos docentes podem estar relacionados com a questão financeira, pois é preferível trabalhar outras disciplinas para completar o salário e permanecer na mesma escola, visto que o sistema de transporte público da cidade de Ji-Paraná não atende todas as ruas que dão acesso às escolas. Se o docente optar por lecionar somente física, mas, em instituições diferentes, é provável que exista uma distância significativa entre estas escolas, e este não conseguiria chegar a tempo hábil para assumir a aula vigente.

Quando analisado o quantitativo de alunos por sala de aula, verificou-se na maioria dos casos das escolas abordadas nesta pesquisa, que as salas tinham mais que 35 alunos, 53% (Figura 7), o que contradiz as diretrizes básicas da educação nacional conforme seu Art. 25, parágrafo único (alterado pelo PROJETO DE LEI N.º 504, de 2011):

Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo, observado que o número de alunos por professor, em cada turma, não ultrapasse: I – vinte e cinco alunos na educação infantil e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental; II – trinta e cinco alunos nos quatro anos finais do ensino fundamental e no ensino médio [11].

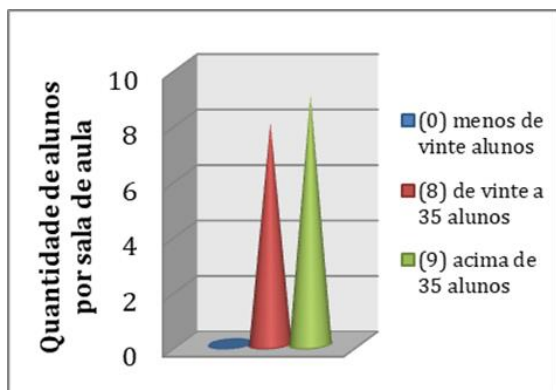


Figura 7: Lotação de alunos por sala de aula.

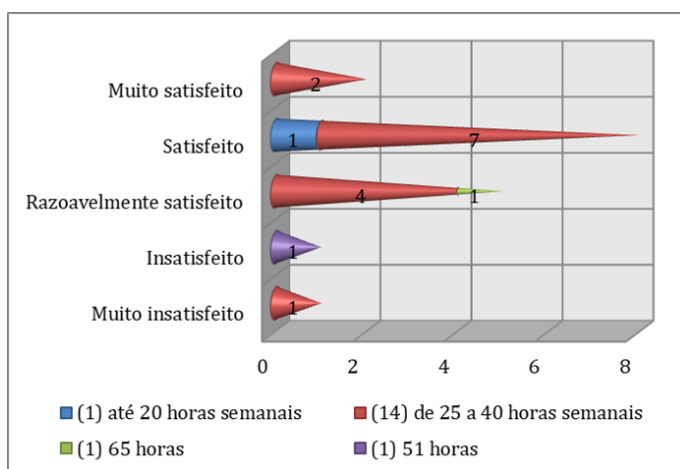


Figura 8: Nível de satisfação x Jornada de trabalho

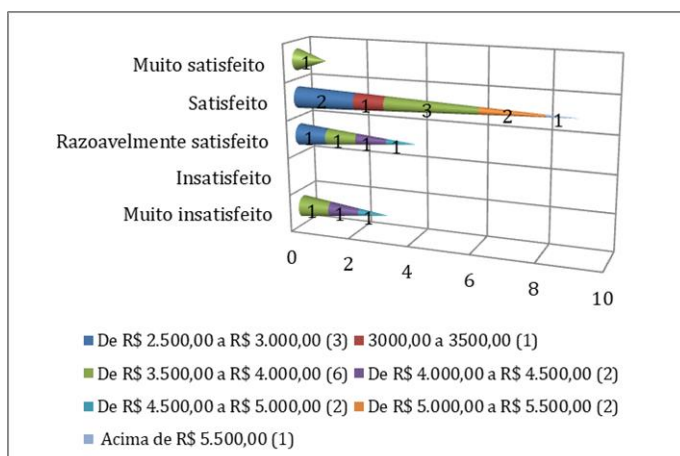


Figura 9: Renda x Satisfação

A jornada de trabalho implica diretamente no nível de satisfação do professor. Os profissionais que apresentaram carga horária de trabalho entre 25 e 40 horas compreendeu a maioria nesta pesquisa e se consideraram satisfeitos e/ou razoavelmente satisfeitos (Figura 8). Aqueles cuja carga horária foi elevada (trabalhavam mais de 40 horas semanais) se sentiam razoavelmente satisfeitos e/ou insatisfeitos.

A realização profissional de cada indivíduo tem como um dos fatores decisivos de escolha da carreira o valor monetário do salário. Neste estudo observamos (Figura 9) que o grau de satisfação pode estar ligado ao valor de sua renda salarial, se sentiam satisfeitos e muito satisfeitos foram os profissionais com salários de 3500 reais acima. As exceções relatadas na Figura 9 (insatisfeitos) correspondem, possivelmente, a um caso isolado de não-afetividade com a profissão ou a correlação com excessiva carga horária de trabalho.

Em escolas públicas, as salas superlotadas, infraestruturas de baixa qualidade, profissionais com cargas horárias elevadas e salários não muito atraentes são fatores que podem influenciar de forma negativa no desempenho do professor, podendo vir a interferir na qualidade das aulas. Impedindo que o docente mesmo com dedicação não execute um trabalho satisfatório.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que esta pesquisa forneceu dados significativamente relevantes a respeito do perfil dos professores de Física da educação básica da cidade de Ji-Paraná (RO), pois, os resultados obtidos e analisados mostraram alinhamento com os Censos escolares nacionais de 2013 e 2017 em todos os fatores que são fundamentais ao bom desenvolvimento profissional do docente de física.

Foram 17 professores pesquisados no ano de 2017, de todos os elementos abordados na vida profissional desses docentes houve dois fatores que chamaram a atenção por estarem em discordância com as legislações educacionais vigentes. O primeiro deles está ligado ao fato de que o Plano Nacional de educação garante que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. No entanto, este estudo mostrou que os professores em sua maioria ministravam disciplinas além daquela da sua formação específica. O

segundo fator foi o registro do número de alunos em sala de aula que ultrapassou o que padroniza as diretrizes básicas da educação nacional que, coloca o limite de 35 alunos por professor em sala de aula para os quatro anos finais da educação básica.

Através das informações catalogadas ainda podemos verificar que a relação carga horária de trabalho e a média salarial podem ser fatores relevantes na decisão de seguir a carreira de professor de física e a satisfação profissional. Com

essa pesquisa foi possível obter dados concisos do perfil dos profissionais de ensino, possibilitando uma investigação prática da realidade da docência da área urbana da cidade de Ji-Paraná (RO), abrindo precedentes para posteriores estudos.

AGRADECIMENTOS

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA – SEDUC DE JI-PARANÁ/RO. E TODOS OS DOCENTES PARTICIPANTES DESTA PESQUISA

REFERÊNCIAS

- [1] COSTA, E. B. O. e RAUBER. P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS, v. 11, n. 21| Jan./Jun., p. 245, 2009.
- [2] ARAÚJO, M. V. A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1, p 52-62, Abril de 2017. ISSN:2448-0959.
- [3] Assembleia Geral da ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos". "Nações Unidas", 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1, <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acessado em 6 de setembro de 2016.
- [4] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- [5] BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei no 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art62 Acesso em: 30 de Jun. 2017.
- [6] BRASIL. Parecer CNE/CS n.º 1.304, de 7 de dezembro de 2001. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de física, 2001.
- [7] Ministério da Educação, Notas Estatísticas do Censo escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>
- [8] O Observatório do PNE. Formação continuada e pós-graduação de professores. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados>.
- [9] PNE. Planejando a Próxima Década, Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf
- [10] GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. Quarta edição. São Paulo: Atlas, 2002. p171.
- [11] BRASIL. Projeto de Lei No 504, de 2011. Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei no.9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF.